

**MEMÓRIAS EM CONFRONTO NO CENTRO HISTÓRICO DE ARACAJU: OS
PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DAS IMAGENS PÓSTUMAS DE FAUSTO
CARDOSO E OLÍMPIO CAMPOS (1906-2006)**

Giliard da Silva Prado

Doutorando em História Cultural pela Universidade de Brasília - UnB

giliardprado@yahoo.com.br

Aracaju, 1906. A cidade foi teatro de importantes acontecimentos no campo político, quando atores sociais protagonizaram cenas de uma trama cujo desfecho foi marcado pela tragédia. Naquele ano, teve lugar uma revolta em que os opositoristas tencionavam substituir a facção que detinha o poder e assumir o controle do governo estadual. Esse movimento revoltoso foi marcado pela intervenção do governo federal no estado, pela repercussão que alcançou no país e por um desfecho que resultou nos assassinatos do deputado federal Fausto Cardoso e do senador Olímpio Campos – os dois principais políticos sergipanos na época.

A Revolta de Fausto Cardoso, como passou à história o movimento político ocorrido em Sergipe no ano de 1906, foi emblemática dos problemas provocados pela crescente oligarquização nos estados durante a Primeira República e figurou como uma ameaça à estabilidade da política nacional, que estava assentada no pacto oligárquico celebrado entre os governos estaduais e o governo federal. Esse pacto oligárquico, consubstanciado na “política dos governadores” dificultava a alternância de poder na medida em que eram eleitos apenas os grupos políticos que possuísem a anuência do governo central.

À oposição restava aceitar a ordem vigente ou rebelar-se com riscos imprevisíveis. Em alguns estados, mesmo em face de sua vulnerabilidade às medidas impostas de fora, decidiu-se pela segunda opção. Um deles foi Sergipe, onde os revoltosos se insurgiram contra o grupo que tinha à sua frente o senador Olímpio Campos e que controlava a política estadual desde 1899. Excluídos das benesses há sete anos, os opositoristas tinham por objetivo a derrubada do governo e concretizaram o seu intento através de um golpe, quando, em 10 de agosto de

1906, um levante da polícia depôs Guilherme Campos, presidente do estado e irmão do senador Olímpio Campos.

Ocorre, porém, que o governo estabelecido pelos revoltosos não obteve êxito, tendo sido sufocado em apenas dezoito dias após a eclosão da revolta. As autoridades depostas obtiveram o apoio do governo da União, que enviou tropas do Exército para Sergipe. Na operação militar da força interventora, no dia 28 de agosto, foi assassinado, na principal praça de Aracaju, aquele que assumira a liderança da revolta – o deputado federal Fausto Cardoso. Com isso, o movimento revoltoso foi esmagado e os governistas restituídos aos seus cargos. Transcorridos pouco mais de dois meses deste acontecimento, os filhos de Fausto Cardoso, procurando vingar a morte do pai, assassinaram, no dia 09 de novembro, na Praça XV, no Rio de Janeiro, o senador Olímpio Campos, a quem atribuíam a responsabilidade pela intervenção e, conseqüentemente, pelo desfecho da revolta.

O movimento revoltoso resultou, portanto, numa dupla tragédia com os assassinatos dos dois políticos, que tiveram praças públicas como palcos de suas mortes. Observados esses pontos em comum, quase tudo o mais entre Fausto Cardoso e Olímpio Campos parece ter tomado direções opostas. Os diferentes itinerários por eles seguidos podem ser expressos, em certa medida, por meio de suas histórias de vida. Fausto Cardoso formou-se em Direito pela Faculdade do Recife e iniciou sua carreira política durante a propaganda em favor do regime republicano em Sergipe. Jurista, jornalista, poeta e escritor, ele ocupou cargos públicos na capital da República e teve atuação destacada como deputado federal, quando ganhou notoriedade como orador. Olímpio Campos, por sua vez, formou-se em Ciências Eclesiásticas pelo Seminário da Bahia e teve importante atuação na defesa dos interesses da Igreja Católica. A carreira política do padre sergipano teve início ainda durante o Império. Com o advento da República, ele aderiu ao novo regime e tornou-se o principal líder político de Sergipe, ocupando sucessivamente os cargos de deputado estadual, deputado federal, presidente do Estado e senador.

Com os assassinatos dos dois políticos acentuou-se a divisão entre faustistas e olimpistas, tornando-se ainda mais intensos os conflitos e ódios entre os grupos rivais. À revolta seguiu-se uma onda de violência e perseguições políticas, mas sobreveio igualmente uma disputa simbólica entre os dois grupos a partir das homenagens póstumas prestadas aos respectivos líderes. Teve início uma verdadeira batalha no campo da memória. O controle da produção do imaginário social – lugar onde se expressam as expectativas, angústias, medos e ressentimentos coletivos – tornou-se, assim, o alvo da disputa entre os dois grupos em questão, na tentativa de legitimar o seu poder (BACZKO, 1985).

Em virtude da coexistência de interesses antagônicos, faustistas e olimpistas empreenderam ‘lutas de representações’ (CHARTIER, 2002) que consubstanciaram uma disputa em torno da memória política em Sergipe. O processo de mitificação de Fausto Cardoso e Olímpio Campos contou com práticas ritualísticas, como as missas fúnebres e as romarias cívicas, e com várias outras formas de homenagem, tais como: os discursos veiculados na imprensa, a publicação de suas biografias; os elogios fúnebres pronunciados diante dos túmulos; a reprodução e distribuição de seus retratos; a colocação de suas efígies em broches, medalhas e objetos de louça; e o grande número de ruas, praças e escolas às quais foram dados os seus nomes em diversos municípios de Sergipe.

As memórias dos dois políticos em questão ficaram particularmente gravadas no centro histórico de Aracaju, precisamente no ponto a partir do qual a cidade foi planejada. O nome de Fausto Cardoso foi dado ao Palácio da Assembléia e à praça que abrigava os prédios dos poderes políticos do Estado e que foi palco de sua morte. Olímpio Campos, por sua vez, teve seu nome dado ao primeiro jardim público de Aracaju, ao Palácio do Governo e à praça da Catedral Diocesana. São nessas duas praças da capital sergipana, localizadas frente a frente e que têm hoje os seus nomes, que estão erguidos dois dos mais importantes pontos de ancoragem de suas memórias: os monumentos públicos.

Muitas dessas homenagens que compuseram o processo de mitificação de Fausto Cardoso e Olímpio Campos foram levadas a efeito durante as comemorações das efemérides – 28 de agosto e 09 de novembro – que assinalavam os respectivos aniversários de suas mortes. Momentos de rememorar as figuras dos dois políticos, essas comemorações tiveram início em 1906, logo após o desfecho da revolta, e estenderam-se até a efeméride do centenário, em 2006, embora tenham conhecido ao longo desse período significativas interrupções, fases de esquecimento.

As comemorações são aqui entendidas como *lugares de memória* (NORA, 1993) no seu sentido imaterial, simbólico. Elas constituem-se numa forma de representação e reatualização do passado, desempenhando um importante papel contra a fluidez do tempo. Não foi sem motivos que, em diferentes espaços e temporalidades, ao longo do século XX – momento marcado pela fragmentação, pela desagregação dos laços de continuidade e pela crise das identidades – assistiu-se a uma verdadeira obsessão pelo fenômeno comemorativo, podendo-se mesmo denominar esse período como “a era da comemoração” (NORA, 1997: 4687).

Inscritas no modelo positivista de culto aos “grandes homens” e aos “grandes acontecimentos”, as comemorações das mortes de Fausto Cardoso e Olímpio Campos são

aqui concebidas também como “liturgias cívicas” efetivadas por grupos que se reuniam para rememorar seus “mortos ilustres”, recorrendo a práticas ritualísticas e representações simbólicas que “pudessem funcionar como lições vivas de memorização” (CATROGA, 1998: 221). Porém, o ato de comemorar, mais do que mera evocação de lembranças, é um momento que permite problematizar memórias instituídas, podendo-se tanto reforçá-las quanto rejeitá-las. É, portanto, cada tempo presente que cria seus instrumentos de comemoração, “que escolhe as datas e as figuras a comemorar, que as ignora pelo silêncio ou as multiplica pela lembrança” (NORA, 1997: 4687), que dá significações às comemorações, estabelecendo identidades, afirmando simbolicamente filiações e forjando diferentes projetos políticos.

Em suas práticas comemorativas, faustistas e olimpistas tiveram, obviamente, diferentes visões do que era digno de memória, fizeram usos conflitantes do passado, lutando para que prevalecessem seus valores e interesses. Assim, a partir de uma relação dialética entre busca memorial e construção identitária (CANDAUI, 1998) os dois grupos sociais antagônicos empreenderam o processo de mitificação de Fausto Cardoso e Olímpio Campos, (re)significando periodicamente os seus “restos imortais”, a partir de diferentes interpretações da revolta de 1906 cujos acontecimentos foram utilizados como matéria-prima para as suas construções simbólicas.

Analisar as comemorações das mortes de Fausto Cardoso e Olímpio Campos no período compreendido entre 1906 e 2006 é empreender, pois, uma história da memória. Trata-se de uma análise semelhante à que foi feita por Georges Duby em sua obra sobre a batalha de *Bouvines*, na qual ele tentou “ver como um acontecimento se faz e se desfaz, já que, afinal, ele só existe pelo que dele se diz, pois é fabricado por aqueles que difundem a sua notoriedade”. Impulsionado por esse intuito, o autor esboçou, por conseguinte, “a história da lembrança de *Bouvines*, de sua deformação progressiva, pelo jogo, raramente inocente, da memória e do esquecimento” (DUBY, 1993: 11-12).

Contudo, a ênfase aqui não recai sobre a memória da revolta de 1906, mas sim sobre aquela construída em torno das figuras dos dois políticos. O intuito é verificar como, entre 1906 e 2006, fez-se a gestão das memórias de Fausto Cardoso e Olímpio Campos, num processo que mobilizou um vasto repertório simbólico e que foi marcado por lembranças e esquecimentos.

Logo após os assassinatos de seus líderes, faustistas e olimpistas deram início a um trabalho de rememoração que foi marcado pelo “excesso de memória” (RICOEUR, 2007: 92) e que se consubstanciou num verdadeiro frenesi comemorativo. Neste sentido, as comemorações das efemérides que assinalavam a passagem das mortes dos dois políticos

constituíram-se em eixos aglutinadores de várias formas de homenagem que tinham por objetivo rememorá-los e, por conseguinte, afastar a possibilidade de esquecimento. Por meio de louvações e pompas fúnebres em missas e romarias que se repetiam com grande regularidade e também através de artigos de jornais, foram evocadas as mortes de Fausto Cardoso e Olímpio Campos e apontadas as razões pelas quais eles deviam ser imortalizados.

A tônica das primeiras produções discursivas foi evocar as formas trágicas como ocorreram as mortes de Fausto Cardoso e Olímpio Campos, apontando-os como mártires, como vítimas. Ao mesmo tempo em que assinalavam o caráter traumático daqueles acontecimentos, tanto faustistas quanto olimpistas destacavam a importância de rememorá-los, não apenas pelo efeito catártico das comemorações, mas também porque a perpetuação das memórias de seus respectivos líderes era entendida como um dever a cumprir, em decorrência dos serviços que eles haviam prestado aos sergipanos.

As semelhanças dos discursos de faustistas e olimpistas limitaram-se, porém, à ênfase dada ao martírio e ao patriotismo de Fausto Cardoso e Olímpio Campos. As representações que os dois grupos fizeram dos modos como os seus líderes atuaram nos acontecimentos de 1906 foram obviamente divergentes, buscando-se construir através delas os significados predominantes em torno das memórias dos dois políticos. Os seguidores de Fausto Cardoso apresentaram a revolta como uma luta contra a opressão e a tirania, destacando o gesto heróico com que seu líder enfrentou as tropas interventoras e apontando-o como o libertador de Sergipe. Os olimpistas, por sua vez, interpretaram a revolta como um ato subversivo, anárquico, criminoso, ao tempo em que enfatizaram em torno de Olímpio Campos a figura de um defensor da ordem e da legalidade e apontaram-no como um político que havia contribuído para o progresso de Sergipe. Nestes aspectos destacados por cada grupo estavam as principais razões pelas quais devia ser edificada a imortalidade de seus respectivos líderes.

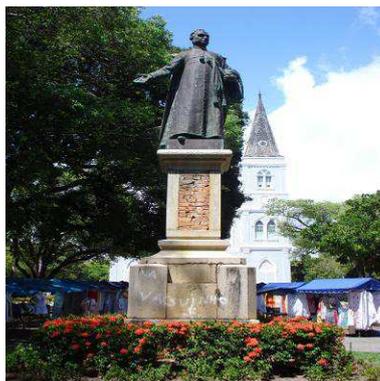
Nas batalhas travadas entre faustistas e olimpistas pelo controle das significações em torno do passado, o que, para um grupo, devia ser rememorado, para o outro devia ser relegado ao esquecimento. Por isso, durante o período em que permaneceram no poder, os olimpistas tentaram impor o silêncio ao grupo rival, criando obstáculos, por meio de violências físicas e simbólicas, ao culto a Fausto Cardoso. Embora a perseguição política não tenha conseguido impedir o frenesi comemorativo nas hostes faustistas, estas aguardaram a saída dos olimpistas do poder para dar início à mobilização para a construção do monumento a Fausto Cardoso. Após uma bem-sucedida campanha de arrecadação de donativos iniciada em 1911, os faustistas conseguiram concretizar aquela homenagem, inaugurando o monumento a Fausto Cardoso, de autoria do escultor Lorenzo Petrucci, em 1912. Desse

modo, sobrepujaram simbolicamente os olimpistas que iniciaram a campanha de arrecadação de donativos já em 1907, mas que apenas conseguiram inaugurar o monumento a Olímpio Campos, de autoria do escultor Rodolfo Bernardelli, em 1916, depois de uma campanha que, entre outras dificuldades, teve baixa aceitação popular.

A sobreposição simbólica dos faustistas em relação aos olimpistas estendeu-se também à disputa pela significação dos espaços públicos da cidade de Aracaju. Os seguidores de Olímpio Campos pretendiam, desde o início da mobilização para a construção do monumento, fixar a memória de seu líder num lugar que tinha uma forte simbologia política: a praça do Palácio do Governo. Contudo, nessa praça, que abrigava as sedes dos três poderes e que se constituía no local das principais concentrações cívicas, já tinha sido inaugurado, em 1912, o monumento a Fausto Cardoso. Aquele lugar já evocava, portanto, outra memória: a do líder opositor assassinado ali no desfecho da revolta. Vê-se, desse modo, que “no ambiente urbano o local nunca é aleatório ou casual, pois o espaço não se apresenta como um elemento natural ou físico, mas sobretudo como um produto social, resultado histórico das disputas em torno da significação do território... e do poder na sociedade” (LEAL, 2003: 5). Diante disso, os olimpistas tiveram que escolher outro *lugar de memória* para Olímpio Campos, decidindo-se pela praça da Igreja Matriz. O monumento foi erguido exatamente em frente à atual Catedral. A memória de Olímpio Campos ficaria associada, dessa forma, à simbologia religiosa do local.



Monumento a Fausto Cardoso (Aracaju, Lorenzo Petrucci, 1912)
(Foto: Giliard Prado, 2007)



Monumento a Olímpio Campos (Aracaju, Rodolfo Bernardelli, 1916)
(Foto: Giliard Prado, 2007)

Não obstante ter sido diferente o êxito das campanhas, faustistas e olimpistas comungavam a crença de que, com os monumentos, cada grupo havia perpetuado a memória de seu líder, assegurado a sua imortalidade e, dessa forma, cumprido um dever, pagado uma dívida. Desde o início das respectivas campanhas de arrecadação, estava presente, em ambos os grupos, a idéia de que havia sido contraída uma dívida com os seus mártires e de que, como prova de reconhecimento e gratidão por todos os serviços que eles prestaram, era preciso perpetuar suas memórias através do bronze.

As inaugurações dos monumentos assinalaram o ápice dos cultos às memórias de Fausto Cardoso e Olímpio Campos e, por conseguinte, o início de seu gradual arrefecimento. Entendendo os monumentos como as principais homenagens numa hierarquia das formas de entronização, em virtude sobretudo da idéia de perpetuidade associada ao bronze, faustistas e olimpistas julgaram quitadas as suas dívidas e desde então o investimento comemorativo foi diminuindo consideravelmente. Os rituais fúnebres tornaram-se menos pomposos e perderam regularidade; os dias 28 de agosto e 09 de novembro, que haviam sido, ainda que informalmente, incorporados ao calendário cívico sergipano, perderam o seu poder de promover a suspensão do cotidiano, de alterar a rotina da cidade.

Os artigos de jornais alusivos às comemorações dos aniversários de suas mortes também sofreram modificações e perderam sua regularidade. Neste sentido, a década de 1920 marcou um ponto de inflexão do culto às memórias de ambos os políticos, intercalando-se nestes anos lembranças e esquecimentos. Desde então, esses cultos manifestaram-se com intensidades diferentes. Na década de 1930, Olímpio Campos continuou sendo lembrado em anos esparsos e a partir daí ele praticamente submergiu no esquecimento. O culto a Fausto Cardoso, por sua vez, conheceu um novo estímulo a partir da segunda metade dos anos 1920 e manteve-se com grande regularidade na década seguinte. Nos anos 1940, voltaram a

intercalar-se lembranças e esquecimentos, que sinalizaram uma curva descensional acentuada nas décadas de 1950 e 1960 até o esquecimento a partir dos anos 1970.

Contudo, a principal diferença nas comemorações de suas mortes não esteve relacionada à periodicidade com que ocorreram, mas sim aos sentidos que se firmaram em torno de suas memórias e aos seus diferentes usos. Olímpio Campos foi lembrado em textos, em geral muito breves, que aludiam à figura do líder político, do estadista, do hábil chefe de partido, sem que houvesse, porém, reivindicações de filiação à sua orientação política nem de continuidade de sua obra.

Já as lembranças de Fausto Cardoso, continuaram enfatizando a figura do mártir, do herói, do líder popular que havia lutado pela liberdade dos sergipanos. Além disso, houve diversas apropriações de sua memória. No final da década de 1920, alguns faustistas – correligionários remanescentes da época da revolta e membros de uma nova geração – apresentaram-se como seus herdeiros políticos, como continuadores de sua obra. Essa afirmação da identidade faustista consistiu num momento de contar a história não apenas do líder da revolta, mas de seu grupo de memória, mediante a evocação de outros personagens que deviam ser consagrados. Mais tarde, nos anos 1940 e 1950, ocorreram novos usos da memória de Fausto Cardoso, ocasião em que grupos políticos de esquerda, notadamente os comunistas, embora não possuindo nenhuma ligação com os acontecimentos de 1906, procuraram estabelecer uma continuidade em relação ao faustismo, apontando a figura do líder da revolta como um referencial libertário, como símbolo da luta dos sergipanos contra a opressão e a perseguição política exercida por governantes conservadores.

Em 2006, depois de algumas décadas sem que ocorressem as comemorações, Fausto Cardoso e Olímpio Campos voltaram a ser lembrados por ocasião das efemérides que assinalavam as passagens de suas mortes. Contudo, apesar de todas as homenagens que lhes foram consagradas ao longo de um incomum processo de mitificação, as figuras dos dois políticos não mais estão inscritas na memória social. A população sergipana ignora os personagens e as histórias representadas nos monumentos. Faustistas e olimpistas acreditaram que através do bronze perpetuariam as memórias de seus líderes. Efetivamente conseguiram salvar nomes, imagens e lugares que já estão, porém, destituídos de significados. Monumentos são lugares que dependem de operações de memória que instituem lembranças e sentidos, pois para que haja “imortais” é preciso que se saiba quem foram os mortos.

Referências bibliográficas:

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.

CANDAU, Joël. **Mémoire et identité**. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.

CATROGA, Fernando. Ritualizações da história. In: TORGAL, Luis Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando. **História da História em Portugal**: da historiografia à memória histórica (séculos XIX e XX). Vol. 2. Lisboa: Temas e Debates, 1998, p. 221-361.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DUBY, Georges. **O domingo de Bouvines**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LEAL, Elisabete. Representando a história em praça pública: os monumentos a Benjamin Constant e a Julio de Castilhos. **Anais eletrônicos do XXII Simpósio Nacional de História**, João Pessoa, ANPUH - PB, 2003. (Cd-rom)

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NORA, Pierre. L'ère de la commémoration. In: NORA, Pierre (dir.). **Les lieux de mémoire** (Les France). Vol. 3. Paris: Gallimard, 1997, p. 4687-4719.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.